

# UM OLHAR REFLEXIVO: SOBRE A PRÁTICA SOCIAL EM SUA FORMAÇÃO SUPERIOR AOS EDUCADORES DO CAMPO DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Luciane Carneiro de Souza<sup>1</sup>

carneirovida@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo traz como temática para discussão a problemática da formação dos educadores atuantes no campo “Um olhar reflexivo: sobre a prática social em sua formação superior aos Educadores do Campo desafios e perspectivas” sob a perspectiva da flexibilidade curricular na universidade implica o debate á crítica ao modelo de sociedade moderna. Pensar a flexibilização curricular na Universidade nos remete a refletir acerca de sua formação social, considerando a necessidade de ruptura da educação do colonizador a favor das ações de ensino, pesquisa e extensão temáticas historicamente mistificação e excluídas do debate. Por isso, constitui um desafio ás universidades o processo de formação do educador sob a perspectiva de recuperação das dimensões da cultura dos sujeitos em diversos contextos, bem como a desideologização de conteúdos que vivem em outros espaços, a exemplo do semi-árido brasileiro. Para tanto, o debate da necessidade de flexibilização curricular nos cursos de licenciatura, colocando como proposta de viabilização á educação contextualizada a extensão universitária, com a função de articular universidade e sociedade, teoria e prática, ensino-pesquisa, possibilitando aos futuros educadoras experiências e vivencias que lhes permitam descrever, analisar e transformar a realidade numa relação dialógica entre sujeitos de saberes. A ideia de educação como transmissão e formação de quadros, importa investigar o contexto espaço-tempo em que se instalam esses princípios, a modernidade, que não pode ser analisada fora de sua origem, a Europa Ocidental. A critica a educação tradicional assenta suas bases de analise nas práticas escolares do currículo e processos de saberes descontextualizado, a uma determinada realidade ou classe social, por isso considerada colonizadora.

**Palavras-chaves:** Formação superior. Educadores do campo. Prática social.

## INTRODUÇÃO

Para construção desde artigo, foi muito importante um conjunto de textos utilizados pelo o autor e poder ler e proporcionar clareza a sua temática abordada. Que construiu um roteiro bastante interessante que começava nas discursões mais “estruturadas” e “totalizantes” do cenário brasileiro, para, iniciar as discursões específicas da Educação do Campo e a formação dos educadores, sendo possível compreender a Educação do Campo, e, sobre a formação dos educadores com suas práticas sociais em sua formação superior.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Institucional. Professora da Universidade Aberta Vida – UNAVIDA, atualmente.

Cumprem destacar que o presente artigo bibliográfico, é uma versão preliminar as reflexões que estarão contidas na dissertação do autor, como forma de reflexão. Começaremos a exposição com as discursões que fazem parte do amplo tema, “Um olhar reflexivo: sobre a prática social em sua formação superior aos Educadores do Campo desafios e perspectivas” buscaremos conceituar o tema e compreender, sucintamente, como este é produto das próprias contradições estruturais existentes no campo e na luta pela afirmação dos direitos humanos por parte dos movimentos sociais. Procurarei conceituar a formação superior dos educadores do campo sobre desafio e perspectiva em seu envolvimento social. Hoje, o educador do campo deve se apropriar do saber, dispor de uma identidade dos povos que vivem no campo para que em sala de aula, socializem conhecimentos, sejam construtores da cidadania dos sujeitos do campo. Diante dessa demanda, as instituições de ensino, os órgãos públicos e os gestores encontram-se diante de um fato concreto: há vida no campo, há demandas por escolas para crianças, jovens e adultos que ali querem permanecer.

Em 2010, podemos contabilizar um conjunto de ações formativo que sinaliza aproximadamente para 200.000 (duzentos) mil jovens e adultos formados, ou seja, em processo de formação, no nível médio – Magistério, no nível superior – Pedagogia das Águas, Pedagogia da Terra, Pedagogia do Campo, Licenciatura em Educação do Campo com habilidades por Área do Conhecimento, Licenciatura em História, Geografia, dentre outros. Incluindo também a formação de Monitoria para atuação nos Projetos de alfabetização de jovens e adultos.

Esse trajeto, percorrido pela maioria das universidades e movimentos sociais, pode ser exemplificado pelo relato da Coordenadoria do Curso de Pedagogia da Terra desenvolvido na Universidade Estadual da Bahia.

Seguindo a concepção de uma educação pragmática no contexto da sociedade do capital a extensão universitária passa a ser absorvida como a terceira função da universidade, com a missão de atender as demandas advindas das problemáticas sociais, conforme ressalta Jezine (2006, p.150).

Observa-se que a extensão se consolida a partir da prática da universidade da multiversidade, mediante a oferta de curso de extensão que devem transmitir o saber técnico aos “desinformados”, constituindo-se em uma prestação de serviços á comunidade realizada por estudantes.

Essa ideia de extensão como serviço e transmissão de conhecimento técnico é criticada por educadores, estudiosos e outros envolvidos com as práticas de extensão universitária, de modo a se constituir o Fórum Nacional de Pró-reitoria das Universidades Públicas, em 1987, que passa a conceituar a extensão como “processo educativo, cultura e científico” e, além disso, teria o papel de viabilizar “ a relação transformadora entre universidade sociedade”, o que nos remete ao debate acerca da indissociabilidade entre ensino-pesquisa; universidade e sociedade; educação e cultura, teoria e prática.

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma reflexão construída a partir dos movimentos sociais na formação dos educadores do campo em formação superior.**

Segundo Batista (2008), os Movimentos Sociais do Campo tem denunciado os graves problemas da educação do campo que continuam presentes até o momento, destacando-se a falta de escolas para atender todas as crianças, jovens, escolas sem infraestrutura; docentes sem formação necessária; falta de politica de valorização do magistério; falta de uma politica de financiamento diferenciado; falta de inadequado transporte; inadequação dos calendários escolares; permanência de altos índices de analfabetismo no campo, currículo deslocados necessidades e das questões do campo e dos interesses dos sujeitos.

Nessa perspectiva a extensão universitária é concebida como prática social capaz de resultar na democratização do conhecimento acadêmico, na instrumentalização do processo dialético teoria-prática, na participação efetiva da comunicação na atuação da Universidade; na visão integrada do social e na transformadora entre universidade e a sociedade. Para tanto, trabalhamos com dados que estão disponível na Coordenação Nacional do Programa, com os registros encaminhados pelas Equipes Estaduais de alguns Superintendências, com artigos publicados no I, II e no III Encontro Nacional de Pesquisa em

Educação do Campo, em capítulos de livros e alguns periódicos, trata-se de uma temporalidade de quase doze anos como proponente, coordenadora, pesquisadora e avaliadora de projetos no âmbito do PRONERA. Assim, reflexões elaboradas por autores que contribuem com a elaboração de princípios e conceitos constituídos como referências para a prática de formação docente na Educação do Campo.

A criação do PRONERA aconteceu no campo fértil das lutas por educação empreendidas pelos movimentos sociais e sindicatos no contexto da reforma agrária. A elaboração da proposta, foram conduzidas por representantes de universidades e movimentos sociais, tendo participação do I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, em 1997, concluíram ser necessário em envolvimento efetivo das Instituições de Ensino Superior na construção do processo educacional nos Assentamentos criados pelo Programa de Reforma Agrária.

## **O PAPEL DOS AUTORES DO CAMPO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR EM FORMAÇÃO SUPERIOR**

As Universidades, movimentos sociais e sindicatos aceitaram o desafio, para construir um projeto de formação de Reforma Agrária, visando que o sujeito coletivo que se coloca como educador (a) do campo terá qual perfil? A Educação do Campo, nos anos iniciais de sua formulação, já abordava que a prática educativa na perspectiva emancipadora não se restringia à escola, mas, não prescindia da mesma.

A expressão ser professor vincula-se a uma atuação no âmbito mais localizado da escola, o perfil do esperado de um Educador (a) do campo precisa de condições teóricas e técnicas para desconstruir as práticas e ideias que forjaram o meio e a escola rural, as necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com a formação mais ampliada, mais abrangente, uma série de dimensões educativas presentes nessa realidade, sendo assim, a expansão da educação básica no e do campo, a qualidade exigidas pela dinâmica social e pela superação da história desigualdade de oportunidades de escolarização vivenciadas pelas populações em tal contexto.

Segundo Caldart (2007), tal profissional precisa de uma formação que o habilite a refletir sobre sua experiência, comprometido com a luta, que considera o modo de

vida de produção da vida com o trabalho, com a terra, com a água e com as plantas. O educador (a) do campo precisa ter compressão da dimensão do seu papel na construção de alternativas de organização do trabalho escolar: Uma atuação que atenda a educação como prática social. Um pedagogo da terra é um profissional preparado para ocupar a escola, transformando-a na perspectiva da Educação do Campo.

A formação deve contribuir para que o educador seja capaz de propor e implementar as transformações político-pedagógicas necessárias á rede de escolas, que trabalha e vive no campo: um educador que assume o papel como agente de transformação da realidade pessoal e social.

Assim, a formação e titulação ofertada nos cursos de formação do PRONERA objetivam criar condições para atendimento dos diferentes contextos de educação escolar, buscando as diferentes configurações institucionais, uma discursão relevante no perfil diz respeito á inclusão dos egressos dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura nos sistemas de ensino, se faz referência á inexistência de uma escola para atuação.

De acordo com Caldart ( 2009,p.40):

Esta crítica nunca foi á educação em si mesma porque objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país, ou seja, precisamos considerar na análise que há uma perspectiva de totalidade na constituição originária da Educação do Campo.

De acordo com Caldart (2009), as elaborações teóricas correntes destaca a origem que fundamenta essa proposta de educação, tratou-se de uma crítica prática: lutas sociais pelo direito á educação, configuradas desde a realidade de luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade sócia, por condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela aconteça.

A Educação do Campo emerge como uma construção na luta contestadora. É fundamental considerar para compreensão da constituição histórica da Educação do campo o seu vínculo de origem com as lutas por educação nas áreas de reforma agraria, a Educação do campo não nasceu como uma crítica apenas de denúncia: surgiu como contraponto de práticas, construção de alternativas de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações, uma construção prática que se fez teórica ou se constituiu

também como confronto de ideias, de concepções, Educação do campo não é Educação rural.

Lutas e conquistas pelo seu direito á educação, as desigualdades educacionais principalmente porque á qualidade, se instauraram nos diversos níveis de escolarização e, e, especial, no Ensino Superior, isso porque a instituição universitária desde suas origens tem um caráter excludente e seletivo.

## **AS CONQUISTAS E EXPANSÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

Segundo Aranha (1996), no Brasil, a origem das faculdades, com a vinda da família real, privilegiou a formação das elites brasileiras, de acesso aos nobres, aos proprietários de terras e aos quadros administrativos do Império.

Apenas na década de 1930 surgem os primeiros debates políticos com interesse nas questões educacionais de formação de cidadãos para a modernização advinda da recém-nascida industrialização, o caráter profissionalizante foi sendo explicitado como finalidade das reformas e da expansão do Ensino Superior naquela época, vinculando educação e mercado de trabalho. No entanto, a proposta do acesso ao Ensino Superior, em execução até os dias de hoje, revela as desigualdades sociais existentes nas políticas educacionais dos governos brasileiros. Desde a última década do século XX, introduzindo nos sistemas educacionais e oferta de padrões diferenciados de Ensino Superior, voltados para o público também diferenciado, e formando para atuar em mercado de trabalho diversificado. Nesse contexto, o padrão de qualidade, decorrente da associação entre ensino e pesquisa, não está sendo priorizado nesse processo, e as instituições e os cursos de Ensino Superior passam a ser distinguidos para pobres e para ricos.

A luta por acesso, permanência e resultados no Ensino Superior, a partir do movimento pela constituição de 1988, veio reforçara luta contra as desigualdades sociais do país desenvolvendo um intenso trabalho na área de defesa dos direitos, voltando-se para o governo federal a demanda de políticas para reverter e as desvantagens causadas historicamente pelas condições socioeconômicas, origens étnicas ou questões de gênero. Os movimentos se colocaram, pois, numa luta pela efetivação do direito á educação para todos, sejam brancos, negros, homens, mulheres, indígenas, camponeses, ricos, pobres.

Segundo Caldart (2002), a educação é um direito social e humano considerando a cidadania e a inserção crítica e participativa do sujeito na dinâmica da sociedade. Não se caracteriza como necessidade, não pode ser concebida como serviço, como assistencialismo, muito menos como mercadoria.

Entretanto, é importante salientar que não basta a declaração de direitos na legislação, os direitos são construção histórica que revelem tensões sociais, disputas entre interesses sociais, políticos, econômicos, culturais. O ensino superior tendo como a formação dos educadores para atuar nos anos iniciais da Educação Básica.

De acordo com Santos (2008), possibilidades pelas práticas, conhecimentos, contextos, lógicos e saberes que dialogam concretizando o conhecimento recíproco entre os sujeitos do campo e os docentes e pesquisadores acadêmicos. Práticas e saberes do campo e dos movimentos sociais, desqualificados na racionalidade da ciência ocidental predominante, emergem na universidade e possibilita novas especialidades dos saberes camponeses que irrompem as cercas do latifúndio do saber.

Nessa perspectiva, podemos dizer que um dos papéis políticos fundamentais do educador é contribuir com a força da especialidade de atuação pedagógica para transformar a escola conforme os interesses, as necessidades e os valores dos indivíduos, dos grupos e das classes que fazem tal escola, a formação dos educadores e educadoras além da competência técnica, compreender o aprendizado político inerente a todas as escolhas e decisões.

## **CONSIDERAÇÕES FINAS**

O presente artigo é bibliográfico, abordando a temática, “Um olhar reflexivo: sobre a prática social em sua Formação Superior aos Educadores do Campo desafios e perspectivas”, a luta dos educadores do campo por uma formação superior onde ganhou concretização desses cursos representa um grande passo dos movimentos sociais que vêm lutando pela efetivação de políticas públicas para a Educação do Campo. Baseados na proposta pedagógica e metodológica, que reflete a relação entre teoria e prática, ao colocar a realidade e as necessidades reais dos alunos no centro do processo educativo, promovem a formação de sujeitos reflexivos, participativos, críticos, numa perspectiva, apontada Freire, de formação intelectual, técnica e profissional forjada no seu contexto de origem, uma educação libertadora.

Pode-se dizer que, embora com suas limitações, desafios e perspectivas, a efetivação de experiências de cursos superior para assentados e como em vários estados do Brasil, se constitui um grande avanço por parte dos movimentos sociais na luta pela concretização de políticas públicas para uma Educação do Campo, pelo fato de reconhecerem os direitos dos povos do campo.

Portanto, a formação dos Educadores do Campo em sua formação superior no sentido da formação humana dos educadores nas escolas dos assentamentos do MST, elementos inovadores na proposta pedagógica com os educadores do campo, incluindo a reflexão sobre quais os conhecimentos, os saberes dos diferentes povos do campo, o contexto de um conjunto de sujeitos, como trabalhadores sem terra, os pequenos proprietários, os quilombolas, os extrativistas ( seringueiros, mulheres quebradeiras de coco), envolvimento social que os educadores devem ter para atender as necessidades com suas relações culturais, representações simbólicas e territórios sociais unificados por um elemento comum a terra. Por isto, o debate sobre a flexibilização curricular nos cursos de Licenciaturas colocando como proposta de viabilização á educação contextualizada colocando a extensão universitária, com a função de articular universidade e sociedade, teoria e prática, ensino-pesquisa, possibilitando aos futuros educadores experiências e vivencias que lhes permitam descrever, analisar e transformar a realidade numa relação dialógica entre sujeitos e saberes.

## **REFEÊNCIAS**

BATISTA, Socorro Xavier. **Movimentos Sociais, estado e políticas de educação de campo: pesquisa e práticas educativas.** João Pessoa: UFPB, 2011.

BRASIL, **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo nas Escolas do Campo. Brasília, DF: 2001.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para Construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. (org.). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa.** 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



MOLINA, Mônica Castagna et al. **Das Desigualdades aos Direitos:** a exigência de políticas afirmativas para a promoção as equidade educacional no campo. Brasil.

Presidência da República. Secretaria de Relações Institucionais Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social-SEDES. Brasília – DF, 2009.

ZEZINE, Edneide. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária.** João Pessoa: UFPB, 2006.